PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 44, n. 3 – p. 01 – 24, jul./set. 2026 – Florianópolis

eISSN 2175-795X

A inserção política e pedagógica da Agroecologia nas escolas do campo

Janaine Zdebski da Silva
Alex Verdério
Valter de Jesus Leite
Juliana Aparecida Poroloniczak

Resumo

Debate as relações entre Educação e Agroecologia enquanto parte da luta política pela superação da crise ambiental e do modo de produção capitalista. A massificação das bases científicas da Agroecologia amplia o sentido do trabalho educativo das escolas do campo. Tal discussão está amparada no confronto de projetos societários, de modos de vida e do papel da educação escolar no terreno tenso e conflituoso das disputas em torno das finalidades educativas. O artigo objetiva sintetizar princípios pedagógicos que podem orientar a efetivação de experiências agroecológicas em espaços escolares e indicar potencialidades emergentes das experiências em andamento. Tem como campo empírico cinco escolas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que integram a ação política de Educação e Agroecologia coordenada pelo Setor de Educação do MST. Como procedimentos metodológicos se ampara na pesquisa documental e bibliográfica. Nos resultados sintetiza onze princípios que potencializam a inserção da Agroecologia nas escolas: a interdisciplinaridade; a sólida formação teórico-prática; a pesquisa da realidade; a relação orgânica com o território; a articulação entre conhecimento científico e popular; metodologias participativas e horizontais; a auto-organização; o trabalho coletivo; o estudo dos biomas e agroecossistemas; o vínculo com as lutas da classe trabalhadora; e a transformação dos tempos, espaços e relações escolares. Ao abordar esses princípios, indica-se o potencial que as escolas têm demonstrado em relação à práxis agroecológica e à transformação da forma escolar.

Palavras-chave: Práxis Pedagógica. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação do Campo.

Janaine Zdebski da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil
E-*mail*: janaine@ufrb.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-0265-0720

Alex Verdério
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil
E-*mail*: alexverderio7@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0492-6543

Valter de Jesus Leite
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Brasil
E-*mail*: valterleimstpr@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3896-1654

Juliana Aparecida Poroloniczak
Secretaria de Estado de Educação do Paraná, SEED/PR, Brasil
E-*mail*: julianaporoloniczak@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7434-6600

Recebido em: 10/03/2026
Aprovado em: 02/10/2026

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e111278

Abstract

The political and pedagogical integration of Agroecology into the schools of the field

Debate the relations between Education and Agroecology as part of the political struggle to overcome the environmental crisis and capitalist mode of production. The massification of the scientific bases of Agroecologya factor that extends the educational work of the schools in the field. This discussion is supported in the confrontation of societal projects, ways of life and the role of school education in the tense and conflicting field of disputes around educational purposes. The article aims to summarize pedagogical principles that can guide the implementation of agroecological experiences in school spaces and indicate emerging potentialities of ongoing experiences. It has as an empirical field five schools linked to the Landless Rural Workers Movement, which are part of the political initiative on Education and Agroecology coordinated by the Education Sector MST. As methodological procedures it is supported in the documentary and bibliographic research. The results summarize eleven principles that enhance the integration of Agroecology in schools: interdisciplinarity; solid theoretical-practical training; the search for reality; the organic relationship with the territory; the link between scientific and popular knowledge; participatory and horizontal methodologies; self-organization; collective work; the study of biomes and agroecosystems; the connection with the struggles of the working class; and the transformation of school times, spaces and relationships. In addressing these principles, it indicates potential that schools have been trailing towards agroecological practice and the transformation of the school form.

Keywords: Pedagogical praxis. Landless Rural Workers' Movement. Education of the Countryside.

Resumen

La inserción política y pedagógica de la agroecología en las escuelas rurales

Este texto analiza la relación entre la educación y la agroecología como parte de la lucha política para superar la crisis ambiental y el modo de producción capitalista. La difusión generalizada de los fundamentos científicos de la agroecología amplía el significado de la labor educativa en las escuelas del campo. Tal discusión está amparada en la confrontación de proyectos societarios, de modos de vida y del papel de la educación escolar en el terreno tenso y conflictivo de las disputas en torno a las finalidades educativas. El texto busca sintetizar principios pedagógicos que puedan guiar a grupos de educadores en la implementación de experiencias agroecológicas en entornos escolares e indicar el potencial emergente de las experiencias en curso. Su campo empírico consiste en cinco escuelas vinculados al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra que integran la acción política de Educación y Agroecología coordinada por el Sector de Educación del MST. Los procedimientos metodológicos se basan en investigación documental y bibliográfica. Los resultados sintetizan once principios que potencian la integración de la Agroecología en las escuelas: interdisciplinariedad; sólida formación teórica y práctica; investigación de la realidad; relación orgánica con el territorio; articulación entre saberes científicos y populares; metodologías participativas y horizontales; autoorganización; trabajo colectivo; estudio de biomas y agroecosistemas; vínculo con las luchas de la clase trabajadora; y transformación de los tiempos, espacios y relaciones escolares. Al abordar estos principios, se señalan posibles caminos que las escuelas están explorando hacia la praxis agroecológica y la transformación del modelo escolar.

Palabras clave: Praxis pedagógica. Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Educación del Campo.

Introdução

A atual conjuntura de crise climática global vem sendo amplamente discutida e demanda ações que necessariamente devem envolver a comunidade internacional e a diversidade de povos. Momento recente marcante sobre tal temática foi a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), realizada no Brasil no final de 2025. A partir de diversas negociações teve-se como efeito a aprovação de 29 documentos pelos 195 países participantes, documentos estes conhecidos como Pacote de Belém.

Apesar da disposição e do compromisso assumido na aprovação unânime dos documentos que incorporam decisões políticas e medidas que visam impulsionar a ação climática global, cabe ressaltar que tais decisões e medidas apresentam o que denominamos de falsas soluções, pois se respaldam fundamentalmente a partir da ótica dos Organismos Multilaterais enquanto expressão dos interesses do capital financeiro. Tais pretensões, compromissadas com a manutenção do *status quo,* apresentam hipotéticas saídas da crise climática e ambiental, objetivando a defesa da geração de lucro, a perpetuação da hegemonia dos capitalistas e a subordinação da natureza aos seus interesses privados.

Cabe destacar neste texto a urgência de alinhar a explicação sobre tais crises com uma leitura crítica e profunda do modo de produção capitalista que transforma historicamente as florestas, os rios, o sol, o vento e os seres humanos em objetos de gerenciamento para beneficiar os países ricos e as elites econômicas, colocando em risco a própria vida no planeta.

Nesse ínterim, cabe recuperar a máxima de Friedrich Engels – diante do túmulo de Marx, em 1883 – na qual reconheceu que:

> Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da Natureza orgânica, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana: o simples fato [...], de que os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião etc.; [...] a produção dos meios de vida materiais imediatos [...] forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, têm também que ser explicadas [...] (Engels, 2020, p. 33).

À luz dessa formulação, torna-se possível compreender que a crise climática contemporânea e as estratégias apresentadas como soluções ambientais não podem ser analisadas de forma isolada da base material que sustenta o modo de produção capitalista. Desse modo, a leitura materialista da história permite interpretar as propostas contemporâneas de "transição energética" e "economia verde" não como rupturas estruturais, mas como reconfigurações do próprio metabolismo do capital, que continua a reorganizar a natureza e os territórios conforme suas necessidades de acumulação.

Em Belém, a chamada "economia verde" – com créditos de carbono, biocombustíveis e parques eólicos de "energia limpa" – apropria-se de territórios camponeses, das águas e das florestas, agravando a crise climática e ameaçando o equilíbrio socioambiental. Do outro lado, de forma

autônoma, as forças do campo popular compostas pela diversidade dos povos, reunidas na Cúpula dos Povos, reafirmou, na Declaração Final rumo à COP30 (2025), que soluções reais só podem surgir da organização popular, enfrentando o capitalismo em suas formas imperialistas, racistas e patriarcais, com o MST desempenhando papel estratégico na defesa das pautas da classe trabalhadora.

Os desequilíbrios ambientais e climáticos são produções históricas vinculadas à dinâmica de expansão do capital e à intensificação da exploração dos bens naturais. Assim, o enfrentamento efetivo da crise climática exige não apenas medidas pontuais, mas uma transformação estrutural que rompa com o capitalismo e o imperialismo, responsáveis pela mercantilização dos territórios, pela expansão do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos energéticos que aprofundam desigualdades e comprometem o equilíbrio socioambiental.

No caso brasileiro, destaca-se que, em 2024, o agronegócio foi responsável por 95% da devastação ambiental acumulada nos últimos cinco anos (Mapbiomas Alerta, 2025). Ainda assim, esse modelo é frequentemente apresentado pela grande mídia como neutro e compatível com um suposto "capitalismo sustentável". Em contraposição, pesquisas acadêmicas e movimentos sociais têm evidenciado seus impactos estruturais e apontado a Agroecologia como caminho estratégico para a justiça climática. Nessa direção, Petersen (2022, p. 19) afirma que "o enfoque agroecológico oferece respostas consistentes à tendência de acentuação, alastramento global e mútuo entrelaçamento das crises alimentar, energética, ecológica, econômica e climática".

Nessa perspectiva ganha visibilidade o MST, que, ao empunhar as bandeiras da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, com o acúmulo da Pedagogia do Movimento[1] e da Educação do Campo (Caldart, 2025), compreende que a articulação entre a Agroecologia e a Educação é uma estratégia essencial. Aliar uma nova forma de produzir no campo com a formação das novas gerações é elemento estratégico, pois possibilita defender um determinado projeto de campo em articulação com os interesses da classe trabalhadora do campo e da cidade, direcionando a atenção da comunidade e da escola para a dimensão ecológica da vida.

Nessa direção, nos propomos nesta elaboração a dar visibilidade e a aprofundar as análises das experiências educativas do MST voltadas à inserção da Agroecologia nas escolas, compreendendo a Agroecologia e a Reforma Agrária Popular como expressões do programa político do MST na luta pela superação da crise ambiental e climática e da lógica industrial capitalista de agricultura, resgatando a função socioambiental da terra, sustentada na produção de alimentos saudáveis, em relações sociais e produtivas cooperadas e na recuperação e preservação dos bens da natureza (Caldart, 2017).

[1] A Pedagogia do Movimento é a denominação do projeto educativo e da proposta pedagógica do MST e se sustenta nas matrizes formadoras do ser humano do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da história. Para saber mais, ver Caldart (2026) e Leite (2026).

Temos como objetivo sintetizar princípios pedagógicos que podem orientar os coletivos de educadores(as) a efetivar experiências agroecológicas em espaços escolares e indicar potencialidades emergentes das experiências em andamento, em especial de escolas de acampamentos e assentamentos vinculadas ao MST.

Metodologia

A pesquisa de abordagem qualitativa possui caráter documental e bibliográfico, tendo por referência empírica cinco escolas do campo que assumem destaque no trabalho com a Agroecologia no interior do MST. Das cinco escolas eleitas, vale destacar suas inserções em cada uma das regiões brasileiras.

Para delimitação das escolas do campo, conforme expresso no Quadro 1, tivemos por referência inicial as Escolas do Campo em áreas da Reforma Agrária que integram a ação política de Educação e Agroecologia coordenada pelo Setor Nacional de Educação do MST. Do conjunto das escolas selecionamos cinco, considerando o pertencimento em diferentes regiões brasileiras.

Quadro 1 - Escolas com experiências de Agroecologia na Educação Básica em diferentes regiões do Brasil

Nome da Escola	Região	Bioma	Localidade	Município/Estado	Níveis de Ensino
Centro de Educação do Campo Roseli Nunes	Nordeste (Amazônia Legal)	Cerrado	Assentamento Cigra	Lagoa Grande/MA	Ensino Médio Técnico
Escola Municipal Emiliano Zapata	Nordeste	Mata Atlântica	Assentamento Cangussú	Barra do Choça/BA	Infantil, Fundamental e EJA
Escola Municipal São Judas	Centro-Oeste	Cerrado	Assentamento São Judas	Rio Brilhante/ MS	Infantil e Fundamental
Escola do Campo Elisabeth Teixeira	Sudeste	Cerrado	Acampamento Pátria Livre	São Joaquim de Bicas/MG	Infantil, Fundamental, Médio e EJA
Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida	Sul	Mata Atlântica	Assentamento Valmir Mota de Oliveira	Cascavel/PR	Fundamental e Médio

Fonte: Organização dos(as) autores(as).

Enquanto material documental trabalhamos com boletins, cartilhas, documentos, relatórios do Setor de Educação do MST e materiais vinculados às escolas, em especial os Projetos Político-Pedagógicos das mesmas. Como material bibliográfico, selecionamos trabalhos acadêmicos que pesquisaram as escolas, sendo artigos, trabalhos publicados em anais de eventos, dissertações e teses, bem como reportagens da página oficial do MST e postagens das redes sociais das escolas. No âmbito

do referencial bibliográfico, também tem destaque a obra *Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia* (Ribeiro *et al.*, 2017) e o *Dicionário de Educação e Agroecologia* (Dias *et al.*, 2021).

Agroecologia nas escolas do MST

No Programa Agrário do MST fica explícita a compreensão de que "A Reforma Agrária Popular não é um processo apenas produtivo e ambiental. É, também, um processo, permanente, de emancipação humana e social" (MST, 2024, p. 9). Nesta perspectiva, a concepção de Agroecologia que se constitui neste movimento social de luta pela terra a concebe como ciência, como prática social das comunidades e famílias e também como movimento político atrelado à luta pela transformação social.

Juntamente com o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis e a Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a Agroecologia tem tido cada vez mais centralidade nas ações e pautas deste movimento social.

Nessa assertiva, o MST propõe:

> [...] a agroecologia como matriz produtiva de valorização dos conhecimentos tradicionais e as práticas culturais e sociais que alimentem o cuidado, afeto, solidariedade e coletividade entre os povos, respeitando seus modos de viver e de existir. Além de reivindicar uma ciência e tecnologia com princípios políticos e ecológicos comprometidos com a vida (MST, 2025, p. 35).

Destacamos também que no 14° Seminário Nacional do MST realizado em Salvador em janeiro de 2026, a massificação da Agroecologia foi reafirmada como necessidade inerente ao próximo período de luta, sendo a mesma concebida como eixo estruturante da Reforma Agrária Popular. Nesta direção, salienta-se que as escolas já vêm desenvolvendo diversas atividades voltadas à inserção política e pedagógica da Agroecologia em seus currículos, e este processo deve aprofundar nos próximos anos.

A partir de tal construção, Verdério, Leite e Ribeiro (2025, p. 16) sintetizam que "a inserção das escolas das áreas de reforma agrária nos processos de massificação das bases científicas da Agroecologia coloca-se como uma tarefa impreterível, por ampliar o sentido formativo dos processos educacionais e da própria escola do campo".

Essa decisão política de inserir a Agroecologia nas escolas se coloca no terreno da disputa pelas finalidades educativas, onde o MST se orienta por um projeto educativo que tem por perspectiva o alinhamento com a transformação social. Nesta direção, ao pautar a Educação do Campo, o MST compreende que se faz necessário:

> Garantir que o Projeto Político Pedagógico das escolas seja construído com a participação da comunidade escolar, com os princípios da educação do MST e as práticas agroecológicas,

> contextualizado pelas realidades socioculturais dos biomas, respeitando a diversidade étnico-racial, sexual e de gênero (MST, 2025, p. 62).

A partir dessa compreensão, ressalta-se que a ideia de discutir princípios se coloca a partir da intencionalidade que se direciona para a valorização da diversidade de formas de inserção da Agroecologia no currículo escolar. A perspectiva que defendemos é contrária à padronização e uniformização entre as escolas e ousar experimentar é um caminho muito rico e que tem produzido bons frutos.

Ao abordar a inserção da Agroecologia nas escolas de Educação Básica, Stauffer *et al.* (2021) afirmam que ela vem se efetivando nos currículos de diferentes formas, como disciplina específica, conteúdo de diferentes disciplinas, como conteúdo interdisciplinar articulado pelas porções da realidade nos Complexos de Estudo[2] (Leite; Sapelli, 2021), como Tema Gerador, dentre outras formas que possibilitam destacar princípios e potencialidades para o trabalho educativo com agroecologia.

Nessa perspectiva, ao debater as relações entre Educação e Agroecologia enquanto parte da luta política pela superação das diversas crises desencadeadas pelo capital, compreendemos que traçar alguns princípios pode contribuir no sentido de guiar outros coletivos escolares, do campo e da cidade, em direção à inserção política e pedagógica da Agroecologia no currículo escolar. Concordamos com Silva e Gehrke (2025a, p. 152), ao indicarem a pertinência de "uma relação permanente e contínua entre educação e Agroecologia nas escolas brasileiras e suas decorrências formativas junto às novas gerações, do campo e da cidade", sendo as escolas do campo um fecundo espaço para essa realização.

Agroecologia nas escolas: princípios e potencialidades

Ao buscar contribuir com a tarefa, urgente e necessária, de integrar a Agroecologia às escolas de forma política e pedagogicamente fundamentada, coadunamos com a concepção de que "os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos" (MST, 1996, p. 04). Nesta assertiva, os princípios nos ajudam a intencionalizar os processos educativos a partir das finalidades educativas voltadas à formação humana comprometida com a transformação social.

Um pressuposto inicial, antes de adentrar nos princípios aqui sintetizados, diz respeito à necessidade de que cada coletivo pedagógico realize uma reflexão aprofundada sobre o que é

[2] O complexo organiza o processo de estudo da natureza e da sociedade a partir do trabalho como mediação e princípio articulador da realidade. Constitui uma unidade da didática que toma a centralidade do trabalho na constituição do ser humano como fundamento para a organização do ensino e, simultaneamente, como objeto de conhecimento a ser estudado em sua complexidade crescente. Nessa perspectiva, os fenômenos são apreendidos em suas múltiplas determinações e relações, articulando as dimensões local, nacional e internacional às experiências historicamente produzidas pela humanidade e ao desenvolvimento das relações sociais (Leite; Sapelli, 2021).

essencial em cada etapa da escolarização em que atua. Torna-se fundamental explicitar quais são as especificidades próprias de cada nível de ensino dentro das tarefas educativas da escola, a fim de situar, de modo consciente e intencional, o papel da Agroecologia nesse processo.

A partir dessa compreensão, coloca-se a questão de como a Agroecologia pode integrar e potencializar o trabalho pedagógico em cada escola, considerando suas especificidades, o território do qual a escola faz parte, tendo a compreensão de que não cabe à Educação Básica, de forma geral, a formação de um estudante que seja um técnico em Agroecologia. Há características próprias e objetivos formativos da Educação Infantil, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que demandam abordagens diferenciadas no que se refere também aos conteúdos e às metodologias.

Tendo em vista tal pressuposto, trazemos um primeiro princípio que demarcamos nesta elaboração que se refere ao princípio da *interdisciplinaridade*, que tem se colocado como essencial mesmo em escolas que desenvolvem a Agroecologia por meio de um componente escolar específico. Nesta perspectiva, compreende-se que "A realidade é una e diversa ao mesmo tempo. A fragmentação do conhecimento em disciplinas é uma forma histórica de apreensão dessa realidade; a interdisciplinaridade coloca-se como esforço de apreendê-la em sua totalidade concreta" (Frigotto, 2010, p. 44).

Considerando que a realidade social possui um caráter dialético, marcado por contradições e transformações constantes que demandam acionar no plano epistêmico diversas ciências para a compreensão da totalidade, compreende-se que as disciplinas escolares não podem se eximir de buscar as conexões para o conhecimento mais apropriado da realidade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade configura-se como princípio estruturante da inserção da Agroecologia na escola, ao promover o diálogo entre diferentes campos do saber e contribuir para superar a fragmentação curricular.

No PPP da Escola Emiliano Zapata, situada na Região Nordeste, a interdisciplinaridade é compreendida "como um processo pedagógico articulado" (Escola Municipal Emiliano Zapata, 2022, p. 44), que considera e potencializa a intencionalidade da Agroecologia na escola. Ao tratar dos tempos educativos, destaca-se em tal documento o "Tempo da horta" como momento de "inserir os alunos no processo do trabalho oferecendo-lhes oportunidades para cuidar da horta da escola visto como um laboratório natural para a interdisciplinarização do conhecimento nas diferentes áreas do saber" (Escola Municipal Emiliano Zapata, 2022, p. 70).

Ao mencionar o Projeto de Meliponário da referida escola, o Projeto Político-Pedagógico explicita, ainda, como objetivo específico a ser desenvolvido no contexto das atividades com os estudantes: "Desenvolver atividades interdisciplinares que aproximam a teoria da prática por meio da criação racional das abelhas nativas sem ferrão" (Escola Municipal Emiliano Zapata, 2022, p. 100).

Impõe-se a necessidade de destacar o fato de a Agroecologia se constituir como uma ciência essencialmente interdisciplinar, pois trabalha com uma visão sistêmica das interações entre solo, água, plantas, animais, clima e as mediações humanas em cada agroecossistema. A Agroecologia como ciência, como prática social e como movimento (Guhur; Silva, 2021) se relaciona com as dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais na produção da vida em cada território.

Nessa direção, compreende-se que cabe aos educadores(as) se empenharem em "provocar os conhecimentos das várias disciplinas e realizar sínteses, despertando os estudantes para a dimensão ecológica da vida, para a identidade camponesa e a defesa de um projeto de campo" (MST, 2024, p. 36). Na obra *Agroecologia na Educação Básica*, ao tratar dos conteúdos das diferentes disciplinas, se afirma que "quanto mais eles se entrelaçam nas reflexões e sínteses promovidas em sala de aula, mais ricas as relações e mais complexas e críticas as compreensões do mundo geradas nesse processo" (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 33).

No Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida (2025, p. 65), a busca pela interdisciplinaridade está diretamente vinculada ao trabalho por áreas de conhecimento, como é o caso também da Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025), localizada na Região Sudeste.

Um segundo princípio a que damos visibilidade é sobre a importância de uma *sólida formação teórico-prática*, pautada na práxis. Na obra pioneira intitulada *Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*, pontua-se:

> É importante reafirmar que ao trabalhar a Agroecologia com as crianças, jovens e adultos, as escolas estarão formando sujeitos com apropriação teórica e prática para contribuírem na transformação de seu meio, ou seja, transformar os assentamentos e acampamentos em territórios livres de veneno, com mais saúde, biodiversidade e melhores relações entre as pessoas e a natureza, contribuindo, assim, para a construção da Reforma Agrária Popular (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 11).

Ao estudar a relação socioterritorial da Escola Municipal São Judas, localizada na Região Centro-Oeste, com a comunidade do Assentamento São Judas, Schmitz, Zenatti e Camacho (2025, p. 02) afirmam:

> Com relação ao processo ensino-aprendizagem, o que se pode compreender é que todas as disciplinas trabalham com as teorias vinculadas às atividades práticas, desde o plantio de árvores, preparação de canteiros, construção e manutenção da compostagem, e, principalmente, por meio da horta agroecológica.

A importância de uma sólida formação teórico-prática se coloca também no sentido de os educandos em processo de escolarização passarem aos poucos a compreender a ciência da Agroecologia e as experiências agroecológicas, a partir de seus princípios e fundamentos, como parte de uma totalidade social, com contradições que precisam ser enfrentadas, o que só se faz por meio da práxis.

No vídeo *Pelo Direito à Literatura – Escola São Judas*, publicado na página eletrônica do MST, ao mencionar o incentivo à literatura aos estudantes, se afirma: “a leitura os torna críticos” (MST, 2019), e ainda é ponderado sobre a importância do conhecimento ao afirmar que “através dos nossos conhecimentos, da interpretação da realidade, passamos construir saídas de transformação, de superação e de criação dos gérmens dessa nova sociedade mais justa, mais igualitária” (MST, 2019).

O PPP do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes (2022), localizado na Amazônia Legal, também confere que a unidade teoria-prática deve se constituir como princípio articulador dos cursos que a escola oferta. O excerto a seguir nos provoca a pensar sobre a importância de uma sólida formação teórico-prática ao abordar a contribuição das escolas ao processo de territorialização da Agroecologia, quando a autora pondera:

> Em diferentes lugares do país, crianças e jovens do campo se inserem em práticas que vinculam agricultura, educação alimentar, saúde e diversidade cultural, exercitando formas de produção e de socialização que respeitam a vida, das plantas, dos animais, dos solos, das pessoas. Desde pequenas iniciativas, professores e estudantes passam a se interessar pelo estudo dos fundamentos da agroecologia e a compreender sua construção histórica no seio das contradições do capitalismo (Caldart, 2017, p. 01).

Outro princípio que demarcamos se refere à *pesquisa da realidade*. O qual se coloca de diferentes formas pelas cinco escolas, como um primeiro exercício e condição pedagógica para familiarização enquanto coletivo escolar e comunidade com questões da realidade que possuem conexão com a Agroecologia, as quais ajudarão a subsidiar os processos formativos, o planejamento escolar, produção de materiais e o trabalho educativo com a Agroecologia, ou seja, permite à escola analisar e constituir os caminhos metodológicos para estabelecer os vínculos da relação entre ensino, trabalho e Agroecologia que podem ser desenvolvidos.

De modo especial, no caso das escolas do campo, a pesquisa da realidade é fundamental para envolver os estudantes no levantamento de dados sobre o território e para se obter um diagnóstico do que se produz na comunidade de onde a comunidade se insere, como se produz, quais bens naturais existem naquela localidade, dentre vários elementos naturais, econômicos, sociais e culturais que possam ser relacionados com a Agroecologia. A pesquisa da realidade tem sido desenvolvida por diversas escolas vinculadas ao MST por meio de uma ferramenta pedagógica denominada de Inventário da Realidade. A construção do Inventário da Realidade é um processo necessário na estruturação dos Complexos de Estudo enquanto unidade didática de estudo, de modo que permita constituir o caminho metodológico para apreender a ligação entre a escola por meio da definição das porções da realidade que movimentarão o estudo e o trabalho social (Leite; Sapelli, 2021).

> [...] destacamos que se trata de um instrumento que permite coletar dados e reconhecer o entorno das escolas, podendo ser articulado à Agroecologia desde seus objetivos até o levantamento das práticas agroecológicas existentes no entorno escolar. Da mesma forma, possibilita a visualização da necessidade de construir experiências nessa direção por meio da escola, em parceria com a comunidade, contribuindo para uma leitura aprofundada e para possíveis intervenções nos agroecossistemas (Silva; Gehrke, 2025b, p. 11, tradução nossa).

A pesquisa da realidade possibilita estreitar as relações entre todos os sujeitos da comunidade e da escola, o envolvimento e protagonismo dos estudantes, e de modo especial também potencializa a relação com o território. No PPP do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes (2022, p. 22), Região da Amazônia Legal, é registrada a reflexão de que:

> A escola tem como um de seus princípios educativos o exercício da pesquisa, compreendendo-a como um instrumento da transformação da realidade. O jovem quando entra na escola já é provocado a pensar a pesquisa, e a refletir três questões fundamentais: pesquisar "para que, por que e como?". Com base nessa reflexão, é orientado a construir seu projeto de pesquisa-ação, com o objetivo de realizar um diagnóstico, buscando conhecer melhor as realidades socioeconômicas, culturais, políticas, profissionais e regionais.

Estando articulada a pesquisa da realidade, outro princípio que apresentamos se refere à *relação orgânica com o território*. A relação entre escola e comunidade é essencial para se projetarem ações voltadas à Agroecologia, pois é no território, enquanto expressão de relações históricas, de modos de vida e formas de resistência que se materializa a reprodução da vida, o trabalho, a cultura e a organização social dos sujeitos do campo.

A relação orgânica com o território implica que escola e comunidade estejam conectadas não somente pelos(as) estudantes e/ou educadores(as), mas por uma relação de pertencimento e troca em que ambas crescem. A escola, ao dialogar com as experiências produtivas das famílias, com o cuidado com as sementes crioulas, os quintais produtivos, o manejo da terra, a colheita e comercialização, bem como os desafios decorrentes das mudanças climáticas produzidas pelo capital que incidem sobre toda a comunidade, transforma-se em um espaço de produção coletiva de conhecimento, no qual uma sólida formação teórico-prática se articula de modo orgânico às demandas do território. Nesta perspectiva, o território pode ser tomado como espaço vivo de investigação, análise e de intervenção, potencializando a relação escola-comunidade também por meio da Agroecologia.

Uma postagem na rede digital do *Instagram* faz menção a uma atividade realizada na Escola do Campo Elisabeth Teixeira - Região Sudeste, a qual ressalta a parceria entre escola e comunidade, sobre o beneficiamento das sementes após a colheita:

> Hoje foi dia de cuidar do que garante o futuro: o beneficiamento das sementes nos acampamentos Pátria Livre e Zequinha Nunes, junto com os alunos da Escola Elizabeth Teixeira.
> "Na última quarta-feira realizamos a colheita no acampamento Zequinha Nunes e reunimos uma grande variedade de sementes. Agora, junto com os alunos da Escola Elizabeth Teixeira, estamos fazendo a alternância e o beneficiamento dessas sementes" - Aline Katy, professora de Biologia (MST.METROMG, 2025).

Nesse sentido, vincular o processo educativo ao território significa reconhecer os saberes locais, as práticas produtivas e as dinâmicas socioculturais como dimensões legítimas do conhecimento, superando a lógica de currículos descontextualizados e alheios à realidade concreta

dos(as) estudantes e das comunidades. É a comunidade na escola e a escola na comunidade. Isso nos permite tomar o território como ponto de partida e como ponto de chegada do processo pedagógico.

Tal perspectiva fica evidente no PPP do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (2025, p. 23), que demonstra uma relação orgânica entre escola e comunidade/território:

> O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Valmir Mota de Oliveira (PDA) prevê linhas de produção voltadas à atividade leiteira e ao cultivo agroecológico de verduras, legumes e frutas. Além disso, há famílias que se dedicam à criação de animais, como suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Essas características produtivas evidenciam a necessidade de maior aproximação entre escola e comunidade, de modo a preparar as futuras gerações para atuarem de forma qualificada nos setores produtivos do campo. Isso implica garantir à escola espaços adequados, recursos humanos capacitados e materiais que possibilitem a realização de experimentos, pesquisas e atividades relacionadas às principais linhas de produção locais.

Nessa mesma linha vai o princípio que remete à *articulação entre conhecimento científico e conhecimento popular*. A relação orgânica com o território vai estreitar o diálogo entre os diferentes sujeitos e seus saberes e conhecimentos. Ao abordar o verbete Conhecimento Agroecológico no *Dicionário de Educação e Agroecologia*, Ferrari, Silva e Silva (2021, p. 253) pontuam:

> Ao tratar do tema conhecimento agroecológico, situamos a concepção de agroecologia na materialidade dos diferentes tempos/espaços em que se constrói o conhecimento, bem como a diversidade de sujeitos sociais e coletivos envolvidos nessa construção. Destacamos a importância da interação entre diferentes sujeitos (técnicos/ as, agricultores/as, pesquisadores/as, estudantes) na produção, divulgação e uso do conhecimento produzido nessa interação.

Nesse contexto, considerando a diversidade de sujeitos individuais e coletivos presentes no entorno das escolas do campo e ainda a importância da troca dialética de conhecimento acerca da Agroecologia, destacamos que os elementos presentes no delineamento do Diálogo de Saberes e Encontro de Culturas, conforme proposto por Tardin (2008 *apud* Tardin *et al*., 2022, p. 8), podem constituir-se como importante referencial.

Nesse sentido, compreende-se que o materialismo histórico-dialético, a pedagogia libertadora de Paulo Freire e o Diálogo de Saberes e Encontro de Culturas formam um trio de grande potencial e inspiração para os coletivos que se colocam em direção à inserção intencional e politicamente demarcada da Agroecologia nas escolas, tendo por referência a articulação entre conhecimento científico e popular.

Trazemos um trecho do PPP da Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025, p. 2), que no delineamento de sua missão, sublinha com objetividade a disposição de:

> Promover a formação humana dos educandos e educandas, mediando a apropriação do conhecimento histórico, social, econômico, político, ambiental e cultural para uma atuação crítica e participativa; favorecendo o diálogo entre os conhecimentos popular e científico, numa perspectiva de produzir novos conhecimentos que contribuam na transformação da realidade, do trabalho e da vida do campo [...].

Cabe destacar que esse princípio da articulação entre conhecimento científico e popular também se relaciona com todos os demais princípios apresentados. Damos destaque por exemplo ao princípio da relação orgânica com o território, que é fundamental para que a articulação dos diferentes saberes seja vivenciada.

Na obra *Agroecologia na Educação Básica,* Ribeiro *et al.* (2017, p. 10) mencionam o processo de construção curricular: "Compreendeu-se que a construção dessa proposta curricular de Agroecologia para as escolas do campo deveria respeitar a integração entre teoria e prática. E, para isso, considerar os conhecimentos populares como elementos primordiais dessa construção".

Infelizmente sabe-se que houve processos históricos de silenciamento dos povos do campo, das águas e das florestas, os quais reverberam até os dias atuais. O desenvolvimento do capitalismo no campo produziu a ideia de que os sujeitos do campo não são possuidores de conhecimentos, mas a Agroecologia nos mostra exatamente o contrário.

Cabe salientar que para a interação proveitosa entre diferentes sujeitos que se voltam à Agroecologia nas escolas e nos territórios, há que se repensar, muitas vezes, as metodologias de trabalho e gestão que nem sempre possibilitam que conhecimento popular e científico estejam em diálogo. Nesta perspectiva o próximo princípio que destacamos se refere à utilização de *metodologias participativas e horizontais***,** ou metodologias emancipatórias.

> As metodologias emancipatórias podem nos ajudar na tarefa urgente de compreender o ser humano em sua complexidade e a reconhecer que os camponeses são mais do que produtores de alimentos; são portadores de saberes, de criatividade, de sonhos, de esperança e de capacidade de intervir e transformar o mundo (Zanelli; Barbosa; Cardoso, 2021, p. 497).

Compreende-se que o formato hegemônico de escola na atualidade não contribui muito e, por vezes, dificulta para que tenhamos a rotina de realização de estágios de vivência, de intercâmbios agroecológicos, do tempo trabalho voltado à Agroecologia, dos círculos de cultura ou o estabelecimento de espaços específicos, tais como os Núcleos Setoriais no cotidiano das escolas. Mas, de forma ainda preliminar e contra-hegemônica, podemos ousar na promoção de algumas ações voltadas à participação da comunidade e em alguns níveis de ensino é possível intencionalizar a visitação aos lotes das famílias, em outras situações, promover as rodas de diálogo que problematizem a realidade vivenciada e possibilitem a construção de uma leitura profunda desta realidade e de suas possibilidades de transformação.

Ao analisar os documentos das cinco escolas, damos destaque à Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025, p. 14), que, dentre as características fundamentais da escola do campo, estabelece a perspectiva de "ser uma escola pública camponesa, ou seja, que esteja à serviço e 'co-gerida' com a ampla participação da comunidade, mantendo um vínculo orgânico com as comunidades e suas organizações". Nesse quadro, todo coletivo que integra a referida escola – Colegiado de Gestão da

Escola, Coletivo de Educadores e Educadoras, Coletivo de Educandos e Educandas, Coletivo de Funcionários e Funcionárias, Coletivo de Pais, Mães e Responsáveis – é tido como

> [...] um elo da coletividade necessária ao funcionamento dos processos da gestão democrática da Escola do Campo, como forma privilegiada de educação e reeducação das pessoas. Exigindo um ritmo permanente de reuniões e formação, que deverá ser definido de acordo com a necessidade e as possibilidades (Escola do Campo Elisabeth Teixeira, 2025, p. 19).

Nessa perspectiva, o princípio vinculado às metodologias participativas e horizontais passa pela disposição em construir formas diversas desde a escola que contribuam para o diálogo entre diferentes saberes e para a formação humana no sentido de sua emancipação. Contudo, tal disposição necessita estar acompanhada da apreensão do que precisa ter centralidade na escola em quaisquer etapas: o trato com o conhecimento. Passa também pela implicação de considerar outras instâncias do território, com dinâmicas próprias de funcionamento e que podem contribuir para que a escola possa ousar com respaldo da comunidade.

Nessa direção, damos destaque ao que vem sendo construído no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida (2025, p. 24):

> A articulação entre o colégio e a comunidade ocorre por meio de diferentes formas de participação: pela relação entre os Núcleos Setoriais do colégio e os Setores do Assentamento; pela atuação do Setor de Educação do Assentamento; pelas reuniões de pais; e pelos estudos formativos com as famílias sobre educação e sobre o PPP. Além disso, as coordenações dos assentamentos são acionadas sempre que a escola necessita tomar decisões fundamentais, garantindo que a comunidade seja ouvida e participe ativamente do processo educativo.

Outro princípio que é bastante importante levar em consideração para pensar a inserção da Agroecologia nas escolas é o da *auto-organização* aliada à cooperação. Este princípio tem a ver com a formação de seres humanos com capacidade organizativa, responsabilidade, iniciativa e autonomia para a autogestão e para a condução de discussões, avaliações, análises e planejamento de ações. Essa formação pretendida se conecta com uma linha estratégica na massificação da Agroecologia, que é a formação de pessoal com a qualificação necessária para dar conta da organização produtiva das cooperativas e agroindústrias, com capacidade de gerir processos.

O exercício progressivo e gradual de elevação do nível de complexidade da organização coletiva dos(as) estudantes, fundamentalmente na relação com o trabalho agrícola de base agroecológica, é tido como condição para o avanço na formação pelo trabalho. Essa compreensão encontra-se firmada no PPP da Escola Municipal Emiliano Zapata (2022, p. 82) ao elucidar que

> [...] já descobrimos como é fundamental desenvolver atividades que exijam processos de auto-organização dos estudantes. Pode-se começar com esse exercício em atividades pontuais ou específicas até se chegar a construir a auto-organização como base da participação dos estudantes nos processos de gestão coletiva da escola.

Assim como no Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida (2025, p. 72), que categoriza o desenvolvimento e a importância formativa das atividades de auto-organização dos educandos, iniciando por atividades específicas "[...] até se chegar a construir a auto-organização como base da participação dos educandos no processo de gestão coletiva da escola".

A auto-organização dos(as) estudantes pode propiciar ambientes educativos em que planejem, executem e avaliem coletivamente se os resultados do trabalho fomentam a participação democrática ao promover processos de elevação da autonomia e da capacidade organizativa coletiva dos estudantes (Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, 2022).

Nesse sentido, a Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025, p. 18) afirma o princípio da auto-organização delineando "[...] como um espaço de convivência [...] visando o estudo, discussão, encaminhamentos e cooperação entre seus integrantes". Tendo por perspectiva:

> [...] Contribuir nos planejamentos e decisões sobre o funcionamento da escola; Fortalecer a coletividade da turma; Planejar e realizar as tarefas de interesse coletivo, conforme a necessidade; Manter o zelo pelo patrimônio da escola; Escolher livremente dois coordenadores (sempre que possível, com paridade), que comporão o Coletivo de Educandos/as, o qual poderá desempenhar as funções de Grêmio Estudantil, e deverá indicar 2 representantes para compor o Colegiado de Gestão da Escola; Indicar representantes para os Grupos de Trabalho de: mística, disciplina, produção, embelezamento e outros que poderão ser criados conforme a necessidade.

Observe-se que o princípio da auto-organização tensiona a necessidade e requer acionar outros princípios na diretividade da organização do trabalho pedagógico da escola com intuito de materializar relações da escola e seus tempos educativos em interação com o meio social e natural que a circunda, entre eles o princípio do *trabalho coletivo*.

O trabalho coletivo tem como premissa o trabalho como princípio educativo enquanto elemento organizador do ambiente educativo da escola, de acordo com o PPP da Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025, p. 21): "[...] a escola inteira deve ser pensada para educar: em seus tempos, espaços e em suas relações sociais. Por isso a importância de discutir e experimentar novas formas de gestão e de trabalho coletivo [...]". Isso toma concretude, por exemplo, no delineamento final dos Temas Geradores realizado no Coletivo de Professores e que incide na figuração do tempo dedicado ao trabalho no contexto escolar e em sua relação com a organização e o desenvolvimento do processo produtivo.

> Visa o aprendizado através do trabalho, da compreensão, da organização e desenvolvimento do processo produtivo. É o tempo previsto para realizar atividades de produção, em grupo ou em mutirão, nas Unidades Experimentais da Agricultura Camponesa e da Agroecologia, ou em áreas coletivas da comunidade; o autosserviço, na Escola, através das equipes e a partir das necessidades coletivas; e as oficinas produtivas (de capacitação para o trabalho) (Escola do Campo Elisabeth Teixeira, 2025, p. 22).

Nesse quadro, é estabelecido o princípio do trabalho coletivo na concretude do fazer da Agroecologia na escola do campo.

> E parece quase óbvio, embora nunca desnecessário, afirmar que o vínculo das escolas com esses processos, para ser orgânico, não tem como ser iniciativa isolada de uma pessoa ou outra. Para que as escolas sejam parte desse sujeito coletivo maior é condição que elas próprias se organizem e trabalhem como um coletivo que reúne seus sujeitos diretos, educadores, estudantes e comunidades, tomando a decisão de participar e planejando como efetivá-la na prática. Um coletivo que afirme como sua identidade primeira a do ser camponês, camponês da terra, das águas, das florestas, vinculando suas lutas e seu trabalho educativo ao destino dos territórios camponeses (Caldart, 2025, p. 9).

Essa referência é indicada também na realidade da Escola Municipal Emiliano Zapata (2022, p. 33): "Nesta escola todas se juntam para pensar os problemas que envolvem o ambiente educativo. Esse coletivo não apenas ajuda a resolver os problemas internos e externos, como também contribuem na prática educativa".

No contexto da Escola São Judas Tadeu, na Região Centro-Oeste, tem-se a instituição do Eixo Temático Terra – Vida – Trabalho, que está alinhado ao componente curricular de Ciências.

> Considerando a diversidade camponesa, a proposta busca uma educação de qualidade que contribua para o desenvolvimento e para a formação das várias dimensões da pessoa humana, como: o cultivo dos valores humanistas; educação para o trabalho e cooperação; cultivo da identidade dos educandos/as do campo (Escola Municipal São Judas Tadeu, 2022, p. 22).

Em se tratando da inserção política e pedagógica da Agroecologia nas escolas, coloca-se como fundamental o princípio que trata do *estudo dos biomas e agroecossistemas*, especialmente de modo articulado aos outros princípios já sintetizados. Embora possua vínculo direto com o princípio pesquisa da realidade, por demarcar o campo científico específico da agroecologia, adquire força para se constituir enquanto princípio. Essa assertiva também é sustentada na discussão sobre a "Educação Politécnica e Agroecologia" trazida no *Dicionário de Educação e Agroecologia*:

> O arcabouço teórico e prático da agroecologia nos permite refletir sobre como a educação precisa promover o diálogo entre instituições formadoras distintas – família, escola, movimentos sociais, dentre outras – de modo a entrelaçar saberes e práticas em uma ação pedagógica contextualizada, cujo pano de fundo são os agroecossistemas, os sistemas agroalimentares e os processos sociais e econômicos que os forjaram, assim como as demandas por sua transformação (Sousa *et al.*, 2021, p. 366).

Cabe o destaque de que mesmo que o território onde a escola está inserida não possua experiências agroecológicas, ainda assim é importante que se constituam processos orgânicos com o território, justamente porque uma leitura da realidade profunda dos agroecossistemas degradados pelo agronegócio também pode potencializar o debate sobre a Agroecologia.

O Relatório do Setor de Educação do MST (MST, 2024), ao fazer uma síntese sobre as experiências da Agroecologia em suas escolas, dentre as quais estão as cinco escolas que abordamos neste trabalho, pontua que algumas escolas têm se deslocado "até os agroecossistemas das famílias,

para realizar pesquisas, intercâmbios ou atividades práticas, como preservação de nascentes" (MST, 2024, p. 26).

Ao analisar os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, identificamos que não há em todos os documentos um registro direto ao estudo dos biomas e agroecossistemas locais, mas tal abordagem aparece indiretamente em todos eles. Na rede digital *Instagram* da Escola São Judas (2025), em postagem relativa à Gincana Agroecológica se menciona "A realização de estudos sobre o meio ambiente permite ampliar o conhecimento sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente", que interferem nos agroecossistemas.

No documento orientador do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, identifica-se a potencialidade que a materialidade deste princípio voltado ao estudo dos agroecossistemas se relaciona com a organização e disposição didático-pedagógica das Unidades Pedagógicas Produtivas no contexto da escola. Em sua estrutura, o Centro de Educação do Campo Roseli Nunes conta com 7 Unidades Pedagógicas Produtivas: Unidade pedagógica produtiva de horticultura; Unidade pedagógica produtiva de fruticultura; Unidade pedagógica produtiva de suinocultura; Unidade pedagógica produtiva de caprinocultura; Unidade pedagógica produtiva de avicultura; Unidade pedagógica de produção de mudas (viveiro); e Unidade pedagógica de apicultura (apis melífera) (Centro de Educação do Campo Roseli Nunes, 2022, p. 27). Esse conjunto de Unidades Produtivas incide de maneira concreta na formação propiciada, estabelecendo uma conexão direta com o bioma e o agroecossistema nos quais a escola está inserida.

Já no contexto do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, a construção do Inventário da Realidade está colocada como importante instrumento para a apreensão sistemática do Agroecossistema em que a escola se insere:

> O roteiro principal permite chegar a um estudo introdutório sobre os agroecossistemas presentes no entorno da escola. Partimos de formulações já existentes no âmbito da agroecologia, ajustadas para realização pelos educandos ou com sua participação, caso integre uma ação mais ampla do conjunto da comunidade (Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, 2025, p. 87)

Compreende-se que o estudo dos agroecossistemas locais deve se dar durante as diferentes etapas da Educação Básica, e que em alguns momentos é possível um estudo introdutório dos agroecossistemas que também possa direcionar para seu aprofundamento no decorrer de cada etapa escolar.

Nesse aspecto cabe trazer a compreensão de que o

> Agroecossistema é a unidade básica (universal) da agroecologia em torno da qual se tem objetivado esse conhecimento e o método de análise do modo de fazer agricultura (produzir agroecossistemas). Por isso, esse conceito, e os componentes materiais (naturais e sociais) que ele interliga, tem sido chave de estudo da agroecologia, desde diferentes intencionalidades formativas (Monnerat; Santos, 2017 *apud* Caldart; Frigotto, 2021, p. 373).

Compreendemos que o conceito de agroecossistema possui um grande potencial pedagógico que pode contribuir para aprofundar a relação entre escolas e Agroecologia, os quais colocam-se como potenciais nessa construção.

No que tange ao princípio do *vínculo com as lutas da classe trabalhadora*, no âmbito do trabalho com a Agroecologia na escola, é imprescindível compreender a função social da escola na formação das novas gerações alinhadas à luta pela superação do capitalismo, entendendo que a Agroecologia é também um posicionamento político, uma quebra de paradigma diante do atual modelo de produção.

Nesse sentido encontramos pistas no PPP da Escola Emiliano Zapata (2022, p. 8-9), as quais anunciam que

> [...] o espaço da escola não deve ser visto apenas como o espaço de transmissão de conhecimento, da escolarização, mas sobretudo o espaço da conscientização, da ampliação de consciências, o espaço da socialização de culturas, da organização e mobilização das comunidades em seus processos de luta, o espaço do fortalecimento da identidade social, cultural e política.

Nessa direção, compreendemos que mesmo não sendo o papel principal da escola, no que tange ao seu papel social especialmente para com os filhos e filhas da classe trabalhadora, destacamos a partir do entendimento coletivo apresentando no PPP da Escola do Campo Elisabeth Teixeira (2025, p. 2) esse potencial.

> [...] por estar inserida no contexto de luta pela reforma agrária e por reparação dos crimes ambientais ocorridos nos territórios de abrangência, a Escola deve ser um espaço de aprendizado, vivência, reflexão e elaboração voltado a promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do território e da região. Deve, portanto, estar conectada às lutas dos sujeitos do campo contra o modelo do agronegócio e do minérionegócio, e fomentar a vida, o trabalho livremente associado e cooperado e a produção agroecológica.

Evidencia o papel crucial do trabalho educativo da escola estar pautado por finalidades sociais e educativas que estão para além dela, considerando o contexto de luta que dá origem à escola, ao território e ao movimento social ao qual ela está vinculada. Por isso, a Agroecologia ocupa centralidade formativa enquanto projeto de campo e de luta pela construção de um projeto societário comprometido com o cuidado com a natureza.

O vínculo da escola do campo com a Agroecologia adensa sua participação nas lutas da classe trabalhadora, pois a própria massificação das bases populares e científicas da Agroecologia se constitui como uma tarefa inadiável na luta pela existência da humanidade, fator que amplia o sentido humanista, político, formativo e social do trabalho educativo na relação com outros sujeitos coletivos que estão nas fileiras do enfrentamento das crise climática e na luta pela superação da exploração capitalista do ser humano e da natureza.

Os princípios aqui abordados e firmados desde o trabalho educativo das escolas não cabem na forma clássica da escola, necessariamente requerem a *transformação dos tempos, espaços e relações da escola.* Este também é um princípio pedagógico que delimitamos e que tem exigido um contínuo esforço para avançar em sua construção sem perder o horizonte da função social da escola do campo. No caso da Escola Emiliano Zapata, tal desafio tem sido enfrentado de maneira muito consciente, sendo que:

> Para cada um dos tempos educativos assumidos deve haver a definição de sua finalidade de forma bem concreta, a saber, o que quer de fato com ele. Para realizarmos esta finalidade deve estar claro o seu método (jeito de fazer) e seu conteúdo (o que será tratado ou desenvolvido). Tudo isto levando em conta o conjunto do projeto educativo em andamento, seus objetivos e metas de aprendizado (Escola Municipal Emiliano Zapata, 2022, p. 69).

Nessa mesma direção, no âmbito do Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida, o dia escolar também é organizado em diferentes tempos educativos, sejam eles: i) tempo abertura, ou tempo formatura; ii) tempo aula; iii) tempo estudo; iv) tempo trabalho; v) tempo leitura; vi) tempo oficina; vii) tempo Núcleo Setorial; viii) tempo educadores; e ix) tempo recreio.

> [...] a execução do conjunto dos tempos educativos conforme está sendo proposto, apenas se viabilizará mediante a garantia de um tempo mais alongado na escola. No entanto para isso as turmas serão organizadas para virem alguns dias da semana no contraturno. Os tempos educativos não acontecem todos os dias e seu planejamento deve ser feito de acordo com os educadores/professores e os Núcleos Setoriais (Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, 2025, p. 95).

Existe uma unidade nas escolas em tela na busca por alterações e transformações do conteúdo e da forma escolar, buscando por meio de diferentes tempos educativos colocar a sala de aula e a própria escola em perspectiva na relação com os processos sociais, culturais e produtivos que estão em seu entorno. A diversificação dos tempos da escola, tendo por referência a Pedagogia do Movimento, objetiva movimentar e acionar diferentes dimensões do ser humano para potencializar a apropriação de conhecimentos e habilidades diversas por meio de oficinas, pelo trabalho produtivo coletivo, a organização individual e coletiva, a vivência da mística, a relação com a Agroecologia e com a literatura e a Arte, esta última também com expressões em todas as escolas estudadas.

Concordamos com Silva e Gehrke (2025b, p. 9), ao afirmarem que as

> experiências concretas de inserção pedagógica e intencional da agroecologia incidem sobre processos de transformação da forma escolar (Caldart, 2015), tão necessária na Educação do Campo, pois envolvem rearranjos e mudanças significativas em estruturas tão cristalizadas como os agrupamentos em séries, o planejamento que não pode ser mais individualizado, a necessária auto-organização dos estudantes para o desenvolvimento de algum tipo de trabalho ou para levantamento de dados para uma leitura da realidade local, dentre outras possibilidades.

Esses esforços coletivos coadunam com a abordagem de Caldart (2025) sobre a imperiosa necessidade de mudanças do conteúdo e forma escolar para alcançar os objetivos educativos com as finalidades sociais que a Reforma Agrária Popular exige, sendo imprescindível a organização e o planejamento coletivo do conjunto dos sujeitos que fazem a escola para concretizar efetivamente suas transformações, essencialmente com o envolvimento ativo e diretivo dos estudantes por meio da dimensão formativa da auto-organização e da participação da comunidade.

Considerações

Ao se colocar no desafio de sistematizar alguns princípios pedagógicos que têm orientado a inserção da Agroecologia nas escolas do campo, espera-se dialogar e inspirar outros coletivos de educadores e educadoras que se desafiam a colocar na direção de um trabalho educativo que construa e fortaleça os caminhos de ressignificação da função social da escola em conexão com a Agroecologia e com a construção do projeto histórico da classe trabalhadora.

Cabe destacar que mesmo apresentando-os didaticamente separados, todos os princípios pedagógicos estão conectados entre si e muitos precisam estar em relação para se efetivarem, apresentam uma inter-relação orgânica, pois, à medida que se vinculam também se efetivam de forma mais qualificada e com maior potencial educativo.

Os princípios pedagógicos aqui sintetizados denominados de interdisciplinaridade; pesquisa da realidade; articulação entre conhecimento científico e popular; estudo dos biomas e agroecossistemas; e sólida formação teórico-prática se articulam na efetividade da escola como espaço de acesso ao que a humanidade produz em termos de conhecimento científico, pautados na não-neutralidade do conhecimento. Tais princípios se relacionam com a dimensão epistemológica, pois se relacionam com a produção e articulação do conhecimento, potencializando o diálogo e intencionalizando a compreensão sistêmica da realidade social e ambiental na perspectiva de compreendê-la, desvelar, agir e transformá-la.

No que tange aos princípios pedagógicos denominados de metodologias participativas e horizontais; trabalho coletivo; e auto-organização, tais princípios remetem à dimensão pedagógica e metodológica da prática educativa, considerando a importância da coletividade na formação humana, elevando a intencionalidade pedagógica para enriquecer a condição coletiva em termos organizativo, científico, político, criativo e analítico da realidade de forma comprometida com a emancipação humana.

Pontuamos que o princípio da relação orgânica com o território aponta para a dimensão do enraizamento no território, de a escola se vincular às dinâmicas organizativas, ecológicas, culturais e produtivas locais, potencializando o envolvimento da comunidade e parceria com organizações, entidades e movimentos sociais. Nesta direção, o princípio da vinculação com as lutas da classe

trabalhadora em sua dimensão política de transformação social se inicia no território, mas ganha contornos nas apreensões teóricas e no estabelecimento de lutas de classe que estão além da localidade.

Todos esses princípios não se materializam sem desafios, que podem ser objeto de reflexão em outro momento, bem como se não forem alteradas as relações, tempos e espaços escolares. A transformação da forma escolar como princípio é essencial para que a escola possa contribuir com a formação das novas gerações de modo comprometido com os interesses da classe trabalhadora, onde a práxis agroecológica é o eixo que incide e é sustentado na relação com a organização do trabalho pedagógico.

Referências

CALDART, Roseli Salete. Agroecologia nas escolas do campo: construção do futuro feita à mão e sem permissão. **MST – Página do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 6 fev. 2017. Disponível em: https://mst.org.br/2017/02/06/agroecologia-nas-escolas-do-campo-construcao-do-futuro-feita-a-mao-e-sem-permissao/. Acesso em: 02 mar. 2026.

CALDART, Roseli Salete. **As escolas do campo como sujeitos coletivos de conhecimento.** Texto de Exposição na Mesa de Abertura do V Seminário Internacional de Educação do Campo. 2025, Mimeo.

CALDART, Roseli Salete. **Memória de construção da Pedagogia do Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2026.

CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Politécnica e Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.**
São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 368-375. Disponível em: https://mst.org.br/download/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/. Acesso em: 16 mar. 2023.

CENTRO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ROSELI NUNES. **Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação do Campo Roseli Nunes - Biênio 2022-2024.** Lagoa Grande do Maranhão, MA, 2022. 31 p.

COLÉGIO APRENDENDO COM A TERRA E COM A VIDA. **Projeto Político-Pedagógico do Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida.** Cascavel, PR, 2025. 122 p.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração Final da Cúpula dos Povos Rumo à COP30.** 2025. Disponível em: https://cupuladospovoscop30.org/declaracao-final/. Acesso em: 03 mar. 2026.

DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. 816 p. Disponível em: https://mst.org.br/download/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/. Acesso em: 16 mar. 2023.

ENGELS, Friederich. Discurso diante do túmulo de Marx (1883). *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação.** Karl Marx & Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 33-35.

ESCOLA DO CAMPO ELISABETH TEIXEIRA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo Elisabeth Teixeira** (em elaboração). São Joaquim de Bicas, MG, 2025. 30 p.

ESCOLA MUNICIPAL EMILIANO ZAPATA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal São José/Emiliano Zapata.** Cangussu, BA, 2022. 105 p.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal São Judas Tadeu.** Rio Brilhante, MS, 2022. 28 p.

ESCOLA SÃO JUDAS. **Postagem sobre Gincana Agroecológica**. Instagram, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/ p/DKxTBTGxJ9T/. Acesso em: 01 mar. 2026.

FERRARI, Eugênio A.; SILVA, Nívea Regina; SILVA, Marcio Gomes da. Conhecimento Agroecológico. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 253-259. Disponível em: https://mst.org.br/download/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/. Acesso em: 16 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 41–62, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4143. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188. Acesso em: 30 mar. 2025.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nivia Regina da. Agroecologia. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luíz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 59-72. Disponível em: https://mst.org.br/download/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/. Acesso em: 16 mar. 2023.

LEITE, Valter de Jesus. Pedagogia do movimento: da luta pela terra aos caminhos da transformação da escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 25, p. 01-21 2026. DOI: 10.20396/rho.v25i00.8682038. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8682038 . Acesso em: 07 mar. 2026.

LEITE, Valter de Jesus; SAPELLI, Marlene Siebert. Complexos de Estudo. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luíz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 237-244.

MAPBIOMAS ALERTA. **Relatório Anual de Desmatamento no Brasil – RAD 2024.** São Paulo: MapBiomas, 2025. Disponível em: https://alerta.mapbiomas.org/relatorio/. Acesso em: 03 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da Educação no MST.** Porto Alegre: MST, 1996. 32 p. (Caderno de Educação nº 8).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Pelo Direito à Literatura** – Escola São Judas [vídeo]. MST, 2019. Disponível em: https://mst.org.br/2019/09/17/pelo-direito-a-literatura-escola-sao-judas/. Acesso em: 02 mar. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular.** São Paulo: MST, versão atualizada março de 2024a. 35 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Relatório do Setor de Educação do MST.** 2024b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cartilha Programa de Reforma Agrária Popular.** São Paulo: MST, versão atualizada janeiro de 2025. 72 p.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia: prática, ciência e movimento em defesa da vida. *In*: SASOP (Org.). **Agroecologia:** Prática, Ciência e Movimento. Salvador: SASOP, 2022. Revista eletrônica. p. 16-23. Disponível em: https://sasop.org.br/wp-content/uploads/2022/08/REVISTA_SASOP_webfinal-1.pdf. Acesso em: 13 nov. 2025.

RIBEIRO, Dionara Soares; TIEPOLO, Elisani Vitória; VARGAS, Maria Cristina; SILVA, Nivea Regina da. **Agroecologia na Educação Básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 136 p.

SCHMITZ, Adrielle Souza; ZENATTI, Francieli Aparecida; CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação socioterritorial da Escola Municipal São Judas com a comunidade do Assentamento São Judas - Grupo MST e o trabalho pedagógico com o eixo temático terra-vida- trabalho. *In*: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (ENEPEX), 11., 2025, Dourados, MS. **Anais** [...]. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2025. p. 45-52.

SOUSA, Romier da Paixão; CRUZ, Carlos Renilton Freitas; ZAQUINI, Páulea; CERRI, Danielli. Educação em Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luíz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 361-367. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Janaine Zdebski da; GEHRKE, Marcos. Intencionalidades formativas orientadas a la agroecología en la educación primaria: la experiencia de dos escuelas rurales en el contexto de la reforma agraria en Brasil. **Revista de Educación**, Año XVI, n. 35.1, p. 127-154, 2025a. Disponível em: https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/8813/0. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Janaine Zdebski da; GEHRKE, Marcos. Formação de educadores(as) e agroecologia nas escolas. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 18, n. 1, p. 1-14, 2025b. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/100073. Acesso em: 18 dez. 2025.

SILVA, Janaine Zdebski da; GEHRKE, Marcos; VERDÉRIO, Alex. El trabajo educativo en las escuelas del campo de Brasil enfocadas en Agroecología. **Archivos de Ciencias de la Educación,** La Plata, v. 19, n. 27, e162, p. 1-13, 01 jun. 2025. DOI: 10.24215/23468866e162. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/182523/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 dez. 2025.

STAUFFER, Anakeila de Barros; RIBEIRO, Dionara Soares; TIEPOLO, Elisiani Vitória; VARGAS, Maria Cristina. Educação Básica e Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luíz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 348-355. Disponível em: https://mst.org.br/download/dicionario-de-agroecologia-e-educacao/. Acesso em: 16 mar. 2023.

TARDIN, José Maria; GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney; MATOS, Adilson Vagner de; ROQUE, Josué; SILVA, Jackson Raimundo (orgs.). **Caderno da Ação Pedagógica -** Viver é Lutar! Construir Reforma Agrária Popular! Maringá, PR: Escola Milton Santos de Agroecologia, 2022. 66 p. Disponível em: https://mst.org.br/download/caderno-da-acao-pedagogica-viver-e-lutar-construir-reforma-agraria-popular/. Acesso em: 03 mar. 2026.

VERDÉRIO, Alex; LEITE, Valter de Jesus; RIBEIRO, Dionara Soares. Inserção da agroecologia na práxis educativa do MST. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar,** Matinhos, PR, v. 18, n. 1, p. 1-21, 2025. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/100074. Acesso em: 25 fev. 2026.

MST.METROMG. **Beneficiamento das sementes -** Registro de depoimento de Aline Katy, professora de Biologia. Instagram, 26 set. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DPESwiIkWd5/?img_index=3. Acesso em: 03 mar. 2026.

ZANELLI, Fabio Vassalli; BARBOSA, Willer Araujo; CARDOSO, Irene Maria. Metodologias Emancipatórias. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luíz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (Orgs.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. p. 489-497. Disponível em: https://mst.org.br/download/caderno-da-acao-pedagogica-viver-e-lutar-construir-reforma-agraria-popular/. Acesso em: 3 mar. 2026.